AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS

Trajetória de três mulheres rurais: o trabalho como fio condutor das narrativas de vida

The trajectory of three rural women: work as a conductor of the narratives of life

Márcia de Fátima de Moraes[1]

Resumo: Neste ensaio pretendemos discutir como o trabalho se constitui no eixo central das narrativas de trajetórias de vida de três mulheres rurais, moradoras do município de Lagoão-RS, bem como entender como as memórias relacionadas ao trabalho encontram-se articuladas às questões de gênero e às de identidade feminina. Para isso, o estudo insere-se nos domínios da História das Mulheres e História do Trabalho, tendo a História Oral como procedimento metodológico na realização de entrevistas. Em conclusões parciais, visto que a pesquisa ainda se encontra em andamento, percebe-se que o trabalho é pontuado como um valor que se sobrepõe aos sofrimentos enfrentados, constituindo-se como parte das identidades enquanto sujeitos femininos.

Palavras-chave: Mulheres rurais, trabalho, gênero

Abstract: In this essay we intend to discuss how the work is constituted in the central axis of the narratives of three rural women trajectory, residents of the municipality of Lagoão-RS, as well as the memories related to this are articulated with the issues of gender and a feminine identity. For that, the study is part of the field of Women History and of Work History, with Oral History as a methodological procedure in conducting interviews. In partial conclusions, since the research is still in progress, it is perceived that the work is scored as a value that overlaps with the sufferings faced, constituting part of the identities as female subjects.

Keywords: Rural women, work, gender

Introdução

"Trabalhar parece que eu me sinto mais livre"[2][3]. É assim que Eva, trabalhadora rural aposentada, percebe a importância do trabalho em sua vida. Luiza, por sua vez, obteve a aposentadoria como professora, e nos diz que "[...] se trabalhar matasse eu já tinha morrido"[4].

[1] Mestranda e bolsista CNPq do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail para contato: marciamoraesfa@gmail.com.

[2]Entrevista com Eva em 09/11/2018, na cidade de Lagoão.

[3] Nas transcrições buscamos estabelecer uma mediação entre a fala coloquial das entrevistadas com a gramática formal da língua portuguesa. Com isso, pequenas adequações como "nóis" por "nós" foram realizadas a fim de não maximizar preconceitos linguísticos, da mesma forma, palavras repetidas e vícios de linguagem não foram transcritos.

[4] Entrevista com Luiza em 03/01/2019, em Lagoão.

Ana, também aposentada rural, relaciona as memórias sobre as atividades laborais as múltiplas dificuldades e privações enfrentadas enquanto vivia na zona rural de Lagoão, proferindo que "[...] o que a gente passou tem que deixar pra atrás"[5].

A fala destas três mulheres[6]possibilita compreendermos os diferentes modos de "ser mulher" em contextos rurais a partir da ótica do trabalho, uma vez que este funciona como fio condutor de suas narrativas. Neste ensaio, então, pretendemos discutir como o trabalho se constitui no eixo central das narrativas de trajetórias de vida destas entrevistadas, moradoras do município de Lagoão-RS, região centro-serra do estado do Rio Grande do Sul, a fim de entender como as memórias relacionadas a este encontram-se articuladas às questões de gênero e de identidade feminina.

Conforme Pierre Bourdieu, quando falamos em "história de vida", pressupõe-se que a vida em si é uma história. E, como toda a história, a narrativa de vida não pode ser compreendida em uma lógica ordenada ou linear. Assim, o relato de vida de mulheres permite compreendermos as dinâmicas de gênero e de trabalho a partir da concepção de si mesmas. No caso das mulheres rurais, apesar da evidente ampliação das problemáticas na historiografia sobre mulheres, quando pensamos na produção tocante as populações femininas de regiões não urbanas percebemos que está ainda é muito incipiente no campo histórico quando comparada com áreas da sociologia e antropologia.

Michelle Perrot (2005, p. 30), pensando sobre as ausências das mulheres na historiografia francesa, analisa que o silêncio pesa ainda mais sobre as operárias e camponesas, cujas individualidades nos escapa. As camponesas, enfatiza a historiadora, quando aparecerem nos estudos históricos são representadas em grupos - nos campos, nas feiras, nas peregrinações -, de modo que ao apagar suas particularidades e conflitos, mantém-se a ilusão de um "comunitarismo" um tanto imobilizador no meio rural. Nesse cenário, emerge a importância dos estudos sobre memória e história oral, sobretudo, quando pensamos em sujeitos femininos que se encontram afastados dos grandes centros populacionais ou pertencentes a espaços de marginalização socioeconômicos.

Assim, analisando a relação existente entre História Oral e História das Mulheres, Silvia Salvatici (2005, p. 29) argumenta que além de ambas serem resultado dos movimentos sociais e políticos da década de 1960, também tinham como objetivo inicial a ideia de um "resgate de uma história oculta". Diante disto, citando Sherna Berger Gluck, Salvatici enfatiza que o uso

[5] Entrevista com Ana no dia 07/01/2019, em Lagoão.

[6]A fim de preservar a identidade das entrevistadas, conforme acordado no momento das entrevistas, utilizamos pseudônimos.

da história oral ampliou positivamente a pesquisa histórica, possibilitando a introdução de novos pontos de investigação, até então ignorados, como atividades da esfera privada, atividades domésticas e do cotidiano em geral.

Entendemos que as mulheres, objeto do presente estudo, pertencem a três gerações distintas (40, 50 e 60 anos), organizadas a partir do ano em que nasceram: Luiza, nascida em 1946; Eva, em 1952; e Ana, nascida em 1962. Tal abordagem geracional está apoiada nas interpretações de Paul Thompson (1993), Jean-François Sirinelli (1996) e Paul Ricoeur (2010). Para Thompson, esta se constitui enquanto necessidade universal de transmissão da cultura entre as gerações, sendo tão antiga quanto a humanidade, de modo que, em nossas vidas, natureza e cultura se apresentam como fusão e contradição. Desse modo, a cultura é o que converte os indivíduos em grupos e, portanto, sua continuidade é vital, enquanto que a natureza se apresenta como um contraste. Por isso, a necessidade em perpetuar entre as gerações modos de vida, de comportamento e modelos de parentescos, por exemplo (THOMPSON, 1993, p. 09).

Por sua vez, Sirinelli (1996, p. 135) compreende geração como uma escala móvel do tempo, pois à medida que limita suas virtudes de "periodização", esses mesmos limites a tornam fecunda para a análise histórica e para as "respirações do tempo". A geração, então, consiste tanto em um objeto de história quanto em um instrumento de análise no ofício do historiador. Enquanto Paul Ricoeur (2010, p. 188), a partir do filósofo Wilhelm Dilthey (1833-1911), distingue dois termos utilizados para geração: o pertencimento à "mesma" e a "sequência" de geração". Em nosso estudo as mulheres pertencem a mesma geração ao serem contemporâneas de um mesmo tempo e espaço compartilhando com experiências de um mesmo mundo. No caso da "sequência" de gerações, analisada por Ricoeur em termos de predecessores e sucessores, tratamos de uma sequência de gerações dentro de uma mesma contemporaneidade a fim de historicizar o ser mulher rural por meio de sua trajetória de vida, dentro de uma mesma geração, em uma subdivisão de três gerações: 40, 50 e 60 anos.

Cabe destacar que as considerações aqui apresentadas constituem parte de nossa pesquisa de mestrado em desenvolvimento, as quais se inserem nos domínios da História das Mulheres e História do Trabalho, tendo a História Oral como procedimento metodológico para a realização de entrevistas. Logo, como as análises não apresentam um caráter conclusivo em virtude do andamento do estudo, é necessário dizer que a intenção é a de estimular a discussão em torno do trabalho como identidade de um grupo de mulheres rurais e as ressignificações deste a partir das noções de dignidade e sacrifício.

Posto isso, além da introdução, o texto encontra-se organizado em duas partes. Na primeira, refletimos a razão pela qual o trabalho se constitui na temática principal do relato de vida dessas mulheres. Na segunda, buscamos compreender os sentidos atribuídos ao trabalho, de modo que os sofrimentos do labor diário e as dificuldades enfrentadas, comuns às populações de zonas rurais marcadas pelas disparidades econômicas, são ressignificadas a partir da noção de dignificação.

O trabalho para viver e o gênero

As entrevistas com Luiza, Eva e Ana foram realizadas entre novembro de 2018 e janeiro de 2019. Para a realização das entrevistas optamos por um roteiro geral, com perguntas sobre suas infâncias, famílias e a relação que estabeleciam com o trabalho – quando começaram a trabalhar, quais atividades desenvolviam, etc. Com isso, as narrativas das entrevistadas costuram uma colcha em que o trabalho é a linha mestra, cruzando todos os fragmentos da memória desde a infância até a vida adulta, e, assim, se colocando como fator de identidade na compreensão do ser mulher rural.

A necessidade do trabalho enquanto subsistência é tratado, sobretudo, nas memórias de Eva e Ana. Segundo Eva, "ninguém queria ficar em casa", uma vez que todos na família queriam ajudar os pais nas atividades da lavoura. Questionada sobre isso, ela responde que era:

> Pra poder trabalhar e poder ter as coisas. Porque tu veja, nós não aprendemos a ler, porque não aprendemos? O pai deixou nós para ir plantar o trigo lá e fazer a comida para nós ter... Do que para nós ir para escola. Daí nós não podemos ir para escola... Uns aprenderam outros não puderam aprender por causa disso. [...] Eu não aprendi daí, porque eu ficava só plantando o trigo, lá com uma chinelinha de dedo, quando tinha e quando não tinha andava de pé no chão lá com um "geadão" "véio" grande lá, plantando trigo. Pra poder ter o pão para poder fazer. Plantando na terra, plantando o trigo, plantando um "eito" de coisa...[7]

Dois pontos podem ser analisados no relato da entrevistada: o trabalho infantil e a escolarização formal. O "ter as coisas" estaria condicionado à ideia de necessidades básicas, como comer e se vestir: "para ter comida, porque não chegava, nós era bastante criançada, né? E às vezes dava bem a planta e a vezes também não dava"[8]. Ao acentuar a ausência de elementos básicos ao vestuário como o uso do chinelo, a imagem dos pés descalços, inclusive nos dias de maior frio devido às geadas, delineia uma infância perpassada pelas precariedades das condições de vida.

[7]Entrevista com Eva em 09/11/2018, na cidade de Lagoão.
[8]Entrevista com Eva em 09/11/2018, na cidade de Lagoão.

O contexto socioeconômico de Lagoão e a realidade das entrevistadas devem ser considerados. As três mulheres são naturais da zona rural do município, emancipado de Soledade em 1988 e hoje com uma população de aproximadamente 6,5 mil habitantes, dos quais cerca de 2,5 mil vivem no pequeno núcleo urbano. Conforme as investigações de Maria Lêda dos Santos e Juliano Tonezer da Silva (2010), de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano para o Brasil (PNUD), em 2003 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Lagoão no mesmo período era de 0, 674, estando entre os cinco municípios com menores marcadores do estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, enquanto o estado riograndense se enquadrava na categoria de alto desenvolvimento humano, com 0,814, os dados apresentados para a região do Lagoão se assemelhavam aos de estados como Alagoas e Maranhão, com os menores índices do Brasil. Apesar destes indicadores, na última década, apontarem para uma melhoria na qualidade de vida da população local, nos relatos das entrevistadas as múltiplas privações advindas das políticas estruturais, como falta de acesso aos serviços médicos e educacionais, são constantemente aludidos em suas falas.

Notamos que o trabalho com a plantação do trigo é evocado pela memória de Eva como fator responsável por sua evasão escolar. Da mesma forma, no relato de Ana, o trabalho na lavoura desde os sete anos de idade também aparece como motivo de interferência nos estudos: "[...] sete anos estava na lavoura, quase nem estudar eu estudei, menina. Saí da terceira série e o pai me botou trabalhar. Mas foi bom... A gente aprende a trabalhar, aprendeu... O pouco que eu aprendi foi bastante"[9]. Além de novamente ser reforçada a relação entre trabalho infantil e educação escolar, chama a atenção o fato da entrevistada compreender que tal interrupção nos estudos, em decorrência da demanda de mão de obra na produção familiar, propiciou que ela adentrasse no mundo do trabalho mais cedo.

Fatores como a necessidade da mão de obra infantil[10] e ausência e/ou distância das escolas devem ser considerados quando pensamos a relação entre as memórias de trabalho e escolarização. Dentre as informantes, Eva não frequentou a escola, e, por conseguinte, não aprendeu a ler e escrever, enquanto Ana, ao ter cursado até o3º ano, orgulha-se ao afirmar que não é possível enganá-la facilmente, já que sabe ler e escrever.

No caso de Luiza, no entanto, requer refletir sobre a conjuntura em que foi possível não somente se alfabetizar, mas iniciar a carreira no magistério. Para isso, torna-se necessário

[9]Entrevista com Ana no dia 07/01/2019, em Lagoão.

[10]Conforme Marcos Vinicios Wink Junior (2015), atualmente, o Brasil segue a recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), definindo como trabalho infantil aquele realizado por crianças e adolescentes com idades inferiores a 16 anos.

considerar que o contexto de analfabetismo[11] na região, associado a demanda por professores para áreas rurais em virtude das políticas para a educação do governo de Leonel Brizola, na década de 1960 - que objetivavam escolarizar a população com idade entre 7 e 14 anos de idade, com o intuito de erradicar o analfabetismo no Rio Grande do Sul -, permitiram que Luiza iniciasse na carreira do magistério com apenas 13 anos de idade. Adiante veremos que mesmo exercendo a profissão de professora, Luiza também dedicava parte do dia para os trabalhos na lavoura e domésticos. Contudo, cabe enfatizar que para além da questão do trabalho, a entrevistada aponta para a multiplicidade do ser e existir como mulher rural, demonstrando a presença de fissuras sociais, inclusive, em contexto que tendem a apresentar homogeneidade nos "campos de possibilidade" (VELHO, 1994).

As entrevistadas pontuam sua entrada como força de trabalho na lavoura entre os 7 e 10 anos de idade. Em pesquisa desenvolvida pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), Marcos Vinicios Wink Junior (2015) analisa que, embora tenha reduzido a proporção de crianças entre 10 e 14 anos desenvolvendo alguma ocupação, quando comparado com o restante do país o Rio Grande de Sul ainda é um dos líderes em trabalho infantil. Em 2013, o estado foi o sexto com maior proporção de ocupados na referida faixa etária, com cerca de 6.2%, enquanto a média brasileira foi de 4.5%. A produção de tabaco, principal fonte de renda para as famílias das entrevistadas, é uma das atividades que mais se utiliza do trabalho infantil. Com o intuito de proibir o uso do trabalho de crianças e adolescentes menores de 18 anos, desde 2009, nos contratos firmados entre as agroindústrias fumageiras e os agricultores familiares do Rio Grande do Sul, inseria-se novas cláusulas (MARIN *et al.*, 2012, p. 2).

Joel Orlando Bevilaqua Marin*et al.* partem do pressuposto de que o trabalho infantil nessas produções seria uma das piores formas de uso da mão de obra infantil, suscitando o debate entre as diferentes concepções de infância e de trabalho. De acordo com os autores, se por um lado as concepções vigentes nos dispositivos legais no Brasil proíbem o trabalho infantil, por outro, os agricultores, pautados "nos usos e costumes tradicionalmente empregados para socializar as novas gerações", atribuem à necessidade de educar os filhos por meio do trabalho (MARIN *et al.*, 2012, p. 2).

As discussões a respeito do trabalho infantil e produção agrícola tornam-se relevantes, pois demonstram como o trabalho acompanha essas mulheres desde tenra idade e como

[11] Fabian Filatow (2002) disserta que, em 1924, com uma população escolar estimada em 10.270, o município de Soledade possuía 2.212 alunos matriculados. Estudos mais recentes como os de Santos e Silva (2010), ao analisarem o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, constataram que Lagoão aparecia com índice de 20,8% de analfabetos entre a população de dez anos ou mais.

estrutura, ordena e influência suas narrativas. Ademais, o ingresso na atividade produtiva define os marcadores de gênero que acompanharão esses indivíduos no decorrer de suas vidas e nos coloca diante das discussões de trabalho para cada gênero masculino e feminino, além dos debates acerca de trabalho "leve" e "pesado".

A socióloga Anita Brumer (2004, p. 211) destaca que, a divisão do trabalho que se estabelece entre homens e mulheres delimita como espaço masculino atividades que requerem maior "força física", como o trabalho com o maquinário. Em contrapartida, compete às mulheres atividades rotineiras, consideradas "mais leves", como os serviços domésticos e trato com os animais. Entretanto, como Maria Ignez Paulilo afirmou, essa denominação entre o que é trabalho "leve" e "pesado" está condicionada a uma ideia produtiva que varia de acordo com cada contexto investigado.[12]

Em suas análises, Paulilo define que no meio rural "o trabalho é 'leve' (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar" (PAULILO, 1987, p. 70). Com a intenção de melhor elucidar essa questão, Paulilo nos remete à atividade com o fumo, que é considerada leve apesar de ser altamente trabalhosa e nociva à saúde. A autora ainda afirma que o "trabalho leve" não está condicionado a algo agradável, desnecessário ou que exija menos tempo e esforço. É "leve" por tornar possível a participação de mulheres e crianças.

Para compreender o surgimento desses marcadores apoiamo-nos nas reflexões de Beatriz M. Alasia de Herdita *et al.* (1984), nas quais as relações sociais no interior das unidades domésticas de pequenos produtores ligados à produção açucareira do Nordeste brasileiro são analisadas. Para os autores, a delimitação dos espaços de trabalho inicia na infância, de modo que a atividade desempenhada é caracterizada pela faixa etária à qual as crianças pertencem. Aproximadamente até os dez anos de idade os filhos permanecem ligados à esfera doméstica e sob autoridade materna. No entanto, por volta dos seis ou sete anos, idade que pode variar conforme o contexto, as crianças começam a desenvolver algumas atividades e a se construírem diferenças de acordo com o sexo. As meninas, destacam os pesquisadores, voltam-se para os cuidados com a casa e dos animais de pequeno porte, estando disponíveis para "ajudar" o restante da família no trabalho dos "roçados". Os meninos, por sua vez, são direcionados para o trabalho com o gado e início do treino para a venda de produtos.

[12] Paulilo realizou a pesquisa em três estados brasileiros que apresentavam culturas de produção distintas: Paraíba, predominando a pecuária, o cultivo de algodão e o trabalho com a cana; São Paulo, principalmente o café; e no sul de Santa Catarina com a cultura do fumo.

Contudo, a narrativa de Eva oferece elementos que tensionam essa demarcação de espaços femininos e masculinos no meio rural. A entrevistada situa seu relato em uma posição de provedora do lar, pois é ela quem cotidianamente realiza tarefas consideradas penosas, inclusive, algumas rotuladas como "masculinas", a fim de permitir o sustento familiar:

> [...] Sempre eu trabalhei na lavoura, mas entrava sábado e domingo eu "tava" lá na beira do rio, tirando trama e tirando palanque, vendendo pra gente da Roma [família local], pra vender pra comprar coisa para comer. Eu vendia e comprava açúcar, comprava erva, comprava uma coisa ou outra, eu comprava lá para comer. Comprava arroz quando a gente não tinha, às vezes era época em que não tinha arroz, terminava aquele que a gente plantava tinha que comprar.[13]

Do mesmo modo que Elizabeth Souza-Lobo (1991, p. 118) contestou, em sua reflexão sobre as trabalhadoras operárias, as concepções de uma "natureza feminina" baseadas na "docilidade" e "submissão" como características naturais das mulheres, podemos dizer que Eva tensiona tais definições. Estas definições estão na base das delimitações de lugares para os sujeitos femininos e masculinos no universo social, e, por conseguinte, da organização do trabalho rural.

Nesse sentido, Bourdieu nos possibilita pensar como as diferenças biológicas nos corpos podem ser utilizadas como justificativa, naturalizando as diferenças construídas socialmente entre os gêneros, o que, por sua vez, acaba interferindo também na divisão social do trabalho. Para o autor, essas "regularidades da ordem física e da ordem social impõem e incluem as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres" ou então, colocam a seu cargo tarefas mais penosas ao exigir uma dobradura maior do corpo, por exemplo (BOURDIEU, 2009, p. 34).

Todavia, além das atividades domésticas e cuidado para com as crianças, Eva também realizava funções considerados "masculinas". Arar o solo é uma atividade que exige força na condução do arado e comando com os bois, da mesma forma que o entalho da madeira para a elaboração de palanques e tramas exige habilidade e esforço físico com o machado. Ademais, Eva se diverte nos contando que na ausência de carne para a refeição, após encaminhar os filhos para a lavoura, ela mesma abateu um porco sozinha. O grande esforço físico e a destreza necessária empregados por Eva, desde o arar o solo ao abater de um animal, tensionam o mito da fragilidade feminina. Ou seja, os clássicos demarcadores de lugares para cada sexo se confundem, uma vez que ela não se limita apenas a um lugar definido.

Na narrativa de Eva as crianças lhe ajudavam nas atividades da lavoura, enquanto nos relatos de Ana e Luiza o "ajudar" é exposto em diferentes momentos das entrevistas, sendo elas que estão na condição de ajudantes. Além do magistério, Luiza relata que após o casamento

[13] Entrevista com Eva em 09/11/2018, na cidade de Lagoão.

passou a “ajudar” o marido nas atividades agrícolas, sendo o trabalho doméstico uma constante desde a perda da mãe, quando ainda era muito criança. Enquanto Ana recorda que a mãe só pôde “ajudar” os demais membros da família nas atividades da lavoura depois que os filhos ficaram mais velhos e não necessitavam de seus cuidados diários.

Perrot e Duby (1990, p. 07) analisaram que, no século XIX, o trabalho das mulheres ligadas à agricultura foi constantemente subestimado, uma vez que somente se considerava a profissão do chefe da família. Nesta perspectiva, nas últimas décadas, os estudos sobre as relações de gênero no meio rural brasileiro têm demonstrado que por meio da construção social de gênero, na qual a agricultura é considerada uma ocupação masculina, o trabalho das mulheres tende a se tornar invisível, sendo simplificado como “ajudar” o companheiro.

Ao propor uma análise sobre esta questão, Losandro Tedeschi (2004) salienta que na estrutura da agricultura familiar há um entrelaçamento das dimensões produtivas e reprodutivas, o que consequentemente determina o comportamento camponês, visto que os padrões de produção não visam apenas o lucro, mas também as necessidades da família. Resultado desse processo é a representação que as próprias mulheres formulam, uma vez que nessa interação entre os sujeitos são incorporadas as divisões do trabalho, entendendo a delimitação de espaço como algo natural (TEDESCHI, 2004, p. 51-56).

Nessa lógica, o trabalho doméstico se mantém como sua principal atividade, mesmo as mulheres participando das mesmas atividades que os homens. Em diferentes momentos da entrevista Luiza reforça a necessidade de se trabalhar na vida, mas desconsidera a atividade doméstica como uma forma de trabalho. Isto é evidenciado tanto quando rememora a época em que, após ter sido transferida para escolas em outras comunidades do município, precisou sair da casa do pai e passar temporadas nas casas de famílias que ofereciam hospedagem, como quando nos conta que hoje já não trabalha mais, apenas realiza afazeres da casa.

Sobre ser uma professora que se hospeda na casa de outras famílias, Luiza recorda que nunca lhe foi cobrado nenhum valor, contudo, sentia-se na obrigação de oferecer sua mão de obra para realização de trabalhos domésticos e cuidados com as crianças. Ao considerar que as atividades domésticas contribuem para a produção da força de trabalho, imprescindível para a reprodução do capital (Saffioti, 2013), podemos dizer que por trás da aparente benevolência da família que a recebia e o sentimento de gratidão expresso por Luiza, há uma das muitas facetas da exploração e invisibilidade do trabalho doméstico feminino. A entrevistada não era recebida como uma hóspede, mas como alguém que estava à disposição para a realização dos trabalhos da casa como um retorno, um pagamento, pela moradia e alimento. Aliás, para Luiza era uma troca justa: o trabalho pelo abrigo.

No tocante ao trabalho da lavoura e trabalho doméstico, Brumer reflete que sendo as atividades domésticas consideradas como secundárias, quando comparadas às atividades produtivas pelos próprios membros da família, não é de se surpreender que muitas mulheres, embora considerando a "dureza do trabalho agrícola e de seu papel subalterno no mesmo" (BRUMER, 2004, p. 212), prefiram exercer essa atividade ao trabalho doméstico.

Sobre a dedicação para com os alunos, Luiza nos diz que estes eram "uma família" para ela e em vários momentos apresenta exemplos que demonstram o quanto era amada pelas crianças. Guacira Lopes Louro (2013), examinando a feminizaçãodo do magistério no Brasil, a partir de meados do século XIX, explica que se a maternidade para as mulheres era considerada o destino primordial, o magistério representava, então, a extensão da mesma. O exercício da docência, ao invés de subverter a função feminina, passou a ser usado como uma ampliação da maternidade, entendida como uma atividade de amor, de entrega e devoção. Isto é, o magistério se constituiria em uma "vocação" feminina.

Os sentidos do trabalho

Nossa identidade enquanto sujeitos está atrelada a ideia de qual ocupação desenvolvemos em busca do sustento. Desse modo, refletindo a presença do trabalho desde a infância na vida das mulheres entrevistadas, percebemos que nessa articulação das memórias de suas trajetórias dois pontos se interligam: o de uma vida perpassada pelo sofrimento e uma dignificação por meio do trabalho. Embora as memórias de sofrimento estivessem presente na narrativa das mulheres, é possível dizer que o sentimento de dignificação acaba se sobrepondo às agruras do trabalho braçal nas atividades agrícolas.

Para entender o trabalho para além das questões de necessidade de sobrevivência, analisamos o relato de Eva quando nos diz que trabalhar é significado de liberdade e bem-estar:

> Trabalhar parece que **eu me sinto mais livre**. Olha, eu tenho pressão, depressão e pressão arterial. [...] Então, quando eu vejo que estou meio tonta, não estou me sentindo muito boa, eu saio e dou uma volta assim pra cá e pra lá, vou fuçar lá, vou trabalhar pra cá, vou trabalhar lá. Aquilo parece que é um remédio, eu não tomo remédio, quando eu vejo "tô" boa.[14]

Explicar o sentimento de liberdade talvez seja uma das mais ambicionadas buscas por parte de pensadores de diferentes épocas, mas que no entendimento de Eva é explicado por meio do ato de trabalhar, de realizar alguma atividade manual. A associação entre trabalho, liberdade e remédio, realizada pela a entrevistada, pode ser compreendida no sentido de que

[14] Entrevista com Eva em 09/11/2018, na cidade de Lagoão.

para quem aprendeu desde sempre que trabalhar era necessário, não só para existir, mas como uma forma de dignidade, o *ethos* do trabalho ganha maior significação.

Compreendemos que a narrativa das entrevistadas indica para uma identidade como mulher rural fortemente perpassada pelo trabalho. Conforme Michael Pollak (1992), identidade estaria vinculada ao sentido de imagem de si mesmo, tanto para si quanto para os outros. Essa elaboração da identidade, assim como da memória, é um fenômeno em permanente construção, que no caso de nossas entrevistas perpassa o trabalho como um valor ensinado desde a infância, em que os pais inserem as crianças no universo do trabalho rural por meio dos saberes dos ofícios cotidianos. Desse modo, podemos dizer que o trabalho em um primeiro momento se constitui como um fator de necessidade, mas que ao longo de suas trajetórias confere significado a vida destas mulheres.

Nessa perspectiva de trabalho e identidade, Isabel Bilhão ao estudar o processo de construção da identidade dos operários porto-alegrenses, entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, justifica que a constituição desta aconteceu tanto pela "aproximação com os iguais quanto pela oposição aos 'outros'" (BILHÃO, p.28, 2008). Isto é, a valorização do trabalho e sua transformação como emblema de reconhecimento perante aos demais operários esteve associada à busca por uma diferenciação para com os interesses dos "exploradores capitalistas" e com as "classes perigosas" (BILHÃO, 2008, p. 29). No caso das entrevistadas, o próprio fato de estarem no contexto rural já é uma diferenciação das mulheres urbanas, por exemplo, mas além disso, implica pensarmos que a presença do trabalho em suas narrativas está associada a uma ideia de labor cotidiano e não como uma classe de mulheres trabalhadoras rurais. Trata-se do trabalho como uma experiência cotidiana que se coloca como temática central no modo como narram suas trajetórias de vida e, por conseguinte, como se percebem como sujeitos sociais.

Ao longo da entrevista, Luiza enfatizou as noites em claro estudando e o difícil acesso até as escolas - que a obrigou, por um período de tempo, a realizar caminhadas de 40 minutos em meio às intempéries climáticas. É em meio a essas lembranças de uma vida de muito esforço que após um demorado suspiro e seguido por um sorriso que Luiza nos diz: "Eu fui uma pessoa que trabalhou muito. Se trabalhar matasse, eu já tinha morrido"[15]. Ademais, reafirmando que é preciso trabalhar, lembra que desde criança as pessoas se "admiravam por ser adulta", uma vez

[15] Entrevista com Luiza em 03/01/2019, em Lagoão.

que “tem gente que é criança e ele tem a ideia bem diferente, eu já pensava só no trabalhar e no ganhar e trabalhar, né?”[16].

Além do fato da narrativa de Luiza ser marcada por uma voz de determinação e vontade de construir sua independência, já que em diferentes momentos retoma o desejo de ganhar seu próprio dinheiro, é possível constatar uma trajetória de vida exaustiva, mas baseada no sentimento de dignidade. A respeito do assunto, podemos, então recuperar a análise de Sidney Chalhoub que afirma que, com o fim da escravidão, colocou-se em perspectiva para os detentores do capital a necessidade de garantir a continuação do suprimento de mão de obra. Assim, a separação ocorrida entre o trabalhador e sua força de trabalho conduzia a uma necessidade de ressignificar o conceito de trabalho, de modo a desassociá-lo da imagem de escravidão, e, por conseguinte, de indignidade. Em suma, Chalhoub explica que o conceito de trabalho parte do princípio regulador da sociedade, o qual aos poucos se reveste de “uma roupagem dignificadora e civilizadora, valor supremo de uma sociedade que se queira ver assentada na expropriação absoluta do trabalhador direto” (CHALHOUB, 2001, p. 48).

Maria Aparecida de Moraes Silva analisa que o universo simbólico em que o gênero está condicionado pauta-se em uma tradição religiosa judaico-cristã milenar, na qual as mulheres são retratadas como sofredoras e predestinadas a uma vida de sofrimento e ressignificação (SILVA, 2010, p. 34). No caso das entrevistadas, talvez seja possível analisar esses relatos de uma vida difícil, mas que no fim “tudo valeu a pena” ou que é necessário “seguir em frente”, apoiados na ideia de uma autorrepresentação como sofredoras.

Ainda que as trajetórias das entrevistadas exponham elementos em comum - o trabalho infantil, o acesso a escolarização, as múltiplas privações socioeconômicas devido compartilharem o mesmo contexto rural, etc -, que, evidentemente, propiciam similitudes em como narram suas vidas, o modo que ressignificam ou não tais memórias do passado apresentam algumas variações conforme a subjetividade de cada uma. Enquanto Luiza e Ana apoiam-se na ideia do valor do trabalho como identidade e dignificação da vida, Ana se refugia nos silêncios e nos esquecimentos ao não querer revisitar esse passado de sofrimentos. Após ser questionada de como era a vida até sua mudança com a família para o núcleo urbano de Lagoão, Ana rompe o breve silêncio que se instalou entre nós dizendo que:

> Me lembro do mais melhor ainda... Pra frente, não pra trás. Pensar pra frente. **O que a gente passou tem que deixar pra atrás**. Passei muito trabalho, agora.... Tudo nós. A maior parte foi de doença... Às vezes nem dinheiro não tinha pra correr com doença. Hoje não, é mais fácil... A vida já é mais fácil hoje...[17]

[16] Entrevista com Luiza em 03/01/2019, em Lagoão.

[17] Entrevista com Ana no dia 07/01/2019, em Lagoão.

Para a entrevistada o passado de pobreza, a morte de dois de seus filhos devido a doenças, o isolamento e o trabalho na lavoura, não caberiam serem revisitados. Pelo contrário, deveriam ser esquecidos e, para esquecer, torna-se necessário calar. Pollak observa que nas lembranças existem "zonas de sombra, silêncios, 'não-ditos'" (POLLAK, 1989, p. 8), de modo que as fronteiras entre estes com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são estanques, estando em contínuo deslocamento. Para quem a vida foi marcada por diferentes rupturas e traumas, o autor adverte para a "dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história" (POLLAK, 1989, p.13). Em outras palavras, rememorar um passado marcado por perdas e provações pode ser capaz de despertar sentimentos de dor e culpa. Pode-se, também, temer não ser compreendido por seu interlocutor, provocando uma necessidade de refúgio nos silêncios com o intuito de armazenar tais memórias nas zonas dos esquecimentos, das "memórias subterrâneas" (POLLAK, 1989).

A narrativa de Ana também nos coloca diante da relação entre as memórias de sofrimentos com as lembranças de sua mãe. A presença da mãe destas mulheres é assinalada em diferentes momentos dos depoimentos. Todavia, essas lembranças tornam-se mais acentuadas quando estão relatando memórias de episódios que refletem tristeza ou desolamento. No caso de Ana especificamente, a questão da aposentadoria serve como um gatilho para despertar as memórias sobre a mãe e a vida perpassada por dificuldades econômicas, trabalho na lavoura e com a criação dos doze filhos desta. É com lamento que Ana nos conta que enquanto ela se aposentou com 55 anos de idade, sua mãe só obteve o direito aos 70 anos, poucos anos antes de seu falecimento.

A aposentadoria representa para as populações mais pobres, sobretudo, quando pensamos nas áreas rurais do país, uma espécie de recompensa após anos de labor, dia após dia. Se o surgimento das primeiras medidas regulamentadoras do trabalho feminino - proibição da jornada noturna e o trabalho no último mês de gravidez e primeiro do puerpério -, datam dos anos 1917 e 1919 (MATOS e BORELLI, 2010, p. 129), a ampliação dos direitos efetivos para a as mulheres rurais ocorreu somente a partir das décadas de 1980 e 1990. De acordo com Cassiane da Costa e Joel Bevilaqua Marin (2018, p. 09-10), a mobilização das camponesas do Rio Grande do Sul foi imprescindível para conquistas como o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais, a garantia de direitos como aposentadoria e licença maternidade remunerada.

Esse cenário de conquistas recentes relacionadas às mudanças das políticas estruturais no país não só possibilita pensar a evidente relevância dos direitos sociais obtidos nos últimos anos, mas também como as memórias de sofrimentos não correspondem apenas ao indivíduo

que narra. A associação feita por Ana, entre lembranças de flagelos e o fator da aposentadoria da mãe, talvez possa ser problematizada a partir de Pollak (1992) e seu estudo sobre "memórias herdadas" e da ideia de transmissão geracional de Paul Thompson (1992).

Pollak defende que a memória seria em parte herdada, ou seja, não se referindo apenas à vida de uma pessoa em si. Desse modo, as flutuações do momento em que está sendo articulada e expressa, bem como as preocupações do momento constituírem um elemento de estruturação da memória, estabelecem uma relação entre o indivíduo que narra e o coletivo que ele faz parte. Isto é, trata-se de uma memória social, em que há uma junção entre memórias individuais e memórias coletivas. Thompson, por sua vez, chama a atenção para o fato de que as emoções e "as imitações da estrutura da vida social comum" acabam sendo transmitidas de uma geração para outra (THOMPSON, 1992, p. 202). No caso das entrevistadas, por mais que existam modificações nos quadros estruturais e de contextos de vida de cada indivíduo, parece-nos que há uma continuidade do modo de vida dessas mulheres com o de suas mães.

Nas peripécias do ofício do/a historiador/a oral, é comum que os cenários e situações de uma entrevista se apresentem de modos variados. Enquanto algumas entrevistadas se refugiam nos silêncios, outras buscam naquele momento uma forma de expressar traumas vividos. A primeira conversa com Eva ocorreu de modo natural, perpassando pelo relato da alimentação e dos diferentes tipos de receitas de doces aos seus negócios e movimentações bancárias.

Nesse mesmo contexto de confiança e tranquilidade, em que a entrevistada se sentia à vontade em mostrar uma anomalia que se gerou em sua lombar, que necessitaria de uma cirurgia em breve, Eva adentra na temática da violência de gênero. Além das constantes violências físicas e psicológicas sofridas no primeiro casamento, a entrevistada relata as tentativas de abuso sexual por parte do companheiro às filhas do casal. A eloquência e altivez na voz da informante é substituída pelo acanhamento. A "velocidade" narrativa, para citar Portelli (1997), também acaba sendo reduzida e nota-se que por mais que Eva tenha se sentido confortável para trazer à tona esse relato, o sofrimento gerado por essas memórias fica explícito.

Em sua tese de doutorado Rodrigo Weimer (2015, p. 44) pontua que, em suas narrativas, as mulheres procuram tirar o melhor partido possível de situações relembradas, inclusive, quando estas apresentam desvantajosas a elas. Sabemos que a subjetividade de cada indivíduo influi na forma como as memórias de vida, sobretudo as tocantes aos sofrimentos e traumas, são ressignificadas e como isso impacta na forma como sua narrativa é organizada. Porém, percebe-se que Eva e Luiza acabam por positivar experiências difíceis, de modo que a presença do trabalho, seja como caráter dignificador ou como uma forma de aliviar os males do corpo e

da alma, é seguidamente evocada nesse processo. Enquanto Ana se resguarda nos silêncios a fim de não retomar sentimentos de dor e, por vezes, de culpa.

Conclusões finais

As possibilidades de análises sobre mulheres rurais não se esgotam nesse ensaio, tampouco seria nossa intenção fazê-lo. Ao centrarmos na temática do trabalho e sua implicação na construção de uma identidade feminina, não aprofundamos em discussões fundamentais do campo de estudos das mulheres, como as questões a respeito de etnicidade, raça e classe social. Assim, ficam em abertos estas questões para novos estudos.

A partir das narrativas de Luiza, Ana e Eva, percebemos que o trabalho constitui parte de suas identidades como mulheres rurais e que as memórias das múltiplas privações e sofrimentos enfrentados compõem pontos, normalmente, em comum. Em síntese, a relação entre trabalho e o processo de constituição enquanto sujeitos femininos das mulheres é uma elaboração constante, em que o aprender a trabalhar desde tenra idade, perpassando todos os momentos da vida, faz com que o trabalho seja a linha mestra da vida destas e, por conseguinte, organizador de suas memórias. Ademais, as memórias relacionadas às mães propiciam problematizar em que medida não há uma sequência geracional não só no que se refere ao modo de viver, mas no modo como se compreendem como sujeitos femininos: mulheres sofridas, mas que têm o trabalho como digno e inevitável na vida.

Por fim, Michelle Perrot argumenta que a imagem das mulheres ateando fogo em suas escritas íntimas, cadernos ou cartas de amor, sugere a dificuldade feminina "de existir de outra forma, além do fugaz instante da palavra" (PERROT, 2005, p. 37) e os decorrentes impedimentos de encontrar uma existência que não deixou traços. Por isto mesmo, a importância em ouvir os relatos de vida destas mulheres, em que a oralidade se torna uma das principais fontes de trabalho para o (a) historiador (a). Nesta perspectiva, os estudos sobre trajetórias de vida de mulheres permitem a abordagem das complexas teias das relações de gênero, trabalho e da constituição de um sujeito mulher em diferentes contextos e temporalidades. Em consequência disso, contribuem para uma produção histórica mais plural e questionadora, valorizando as experiências e subjetividades de cada sujeito feminino.

Referências:

BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho***:** uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920). Londrina/PR: EDUEL, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª ed, 2001.

_____.A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande so Sul. Florianópolis: *Revista de Estudos Feministas,* 12 (1), 360, jan-abr/2004.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim:* o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasilense, 1986.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. São Paulo: Ebradil. v. 1, 1990.

FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia:* o caso dos Monges Barbudos. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

HERDITA, Beatriz M. Alasia de; GARCIA, Marie France; GARCIA JR., Afrânio R. O lugar da mulher em unidade domésticas camponesas. Int.: AGUIAR, Neuma (Org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina:* análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.

JUNIOR,Marcos Vinicios Wink. Trabalho infantil no RS. In.: *Carta de Conjuntura FEE*. Porto Alegre: FEE, Ano 24, nº 02, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In.: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 2013.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; SCHNEIDER, Sergio; VENDRUSCOLO, Rafaela; CASTILHO E SILVA, Carolina Braz de. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo- RS. Brasília**:** *Revista de Economiae Sociologia Rural*, vol.50,no.4, Oct./Dec. 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032012000400010. Acessado em 12/09/2019

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. In: *Ciência Hoje.* Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, jan./fev. 1987, p. 64-70;

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. São Paulo: *EDUSC*,2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos,* v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.

POLLAK,Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos***,** v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

Portelli, Alessandro. "O que faz a história oral diferente". *Projeto História,* São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa:* o tempo narrado.Trad. Claudia Berliner *et al*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes:* mito e realidade. São Paulo: Editoria Expressão Popular, 2013.

SALVATICI, Silvia. *Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres.* História Oral, CIDADE. v.1, n. 1, p-29-42, jan.-jun., 2005. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=view&path%5B%5D=11&path%5B%5D=showToc>.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. *Ruris:* Unicamp, v. 4, nº 2, set. 2010.

SIRINELLI, Jean- François. A geração. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul:* identidades e representações sociais (1970-1990). São Leopoldo: Unisinos, 2006. Tese de doutorado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. In: *Ciências Sociais Hoje.* São Paulo: Hucitec, ANPOCS, 1993.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose***:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente*: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.